

# ETNOCONSERVAÇÃO E O CONCEITO DE RELAÇÕES DE PODER: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

ETNOCONSERVATION AND THE CONCEPT OF “POWER RELATIONSHIPS”:  
THEORETICAL AND METHODOLOGICAL CONSIDERATIONS

Roberto Donato da SILVA JÚNIOR

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e  
Sociedade do NEPAM/IFCH/UNICAMP. robertodnt@  
yahoo.com.br*

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo levantar algumas questões sobre as possibilidades de participação da sociologia contemporânea nas reflexões recentes sobre aspectos da tensão dialética entre homem e natureza. Nesse contexto propõe-se a refletir sobre a contribuição do arcabouço teórico do pensador Michel Foucault na análise da etnoconservação. Consciente de que o tema em discussão não foi uma preocupação foucaultiana, o propósito aqui é avaliar as potencialidades de utilização do conceito de **relações de poder** em questões relativas à gestão de espaços naturais entre entidades ambientalistas e povos tradicionais dotados de relativa especificidade sócio-cultural. O que se propõe aqui é observar que estratégias dessas ONG's elaboram para a estruturação do seu campo de ação sobre as referidas populações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etnoconservação, relações de poder, organizações não-governamentais, populações tradicionais, gestão comunitária.

**ABSTRACT:** This paper main objective is to lift up some issues about the possibility of contemporary sociology in current reflections about dialectic tension between human being and nature. Inside this concept, it is proposed to reflect about Michael Foucault's theoretical frame on the ethno conservation analysis. With the awareness that the subject in discussion was not Foucault's concern, the motive is to assess the potentialities of using “power relations” concept in issues related to natural space management between environmentalist entities and traditional communities endowed with a relative socio

cultural specificity. The proposal is to notice which strategies these NGO's devise looking for the organization of its action field on those communities.

**KEYWORDS:** Ethno conservation, power relations, non-governmental organizations, traditional communities, communitarian management.

## 1. Introdução

A etnoconservação configura-se como uma proposta político-acadêmica que, de maneira geral, defende a ação conservacionista a partir de uma implicação indissociável entre populações tradicionais e ecossistemas. Trata-se, portanto, de uma gestão compartilhada dos recursos naturais entre Estado, entidades ambientalistas e populações locais. Seu princípio determinante é a orientação do manejo desses recursos regidos pela lógica, saberes, práticas e usos específicos das comunidades e povos tradicionais presentes nesses contextos territoriais. Para tanto, é necessária a complementaridade de relações entre o conhecimento técnico-científico e o tradicional-mitológico; a constituição de formas de articulação de relações de poder provenientes das comunidades, tornado-se assim gestoras privilegiadas; e, por fim, a garantia legal de posse da terra por parte das comunidades em questão.

Quando se leva em consideração que a etnoconservação tem como eixo fundamental a garantia de reprodução da organização dos próprios povos tradicionais para a conservação e uso da natureza, é preciso levar em conta a complexa teia de relações desses grupos com a sociedade circundante. A presença de forças político-econômicas atreladas às relações capitalistas de produção converge, em muitos casos, para a desarticulação do modo de vida dessas especificidades étnicas.

Assim, parte-se do pressuposto de que (1) a ação das entidades ambientalistas não pode ser realizada sem uma ação política – ou seja, sem o estabelecimento de relações de poder – que viabilize a orientação da etnoconservação sobre essas populações, a partir de uma concepção acadêmica pautada na observação e análise dessas mesmas populações. Além disso, (2) as medidas de implantação referem-se, também, a uma reorganização das relações entre o grupo e outros agentes sócio-econômicos integrados às relações capitalistas e inseridos na região, geralmente caracterizados por ações predatórias dos recursos destinados ao uso sustentável. A eficiência de ação dessas ONG's, ao que parece, é validada pela capacidade de

reordenação desses dois níveis de relação; o que implica, necessariamente, na constituição de estratégias para a cristalização das relações de poder.

## 2. Foucault e as relações de poder

Propõe-se, a partir de agora, a avaliação das possibilidades de utilização da elaboração conceitual de Michel Foucault como abordagem para o tema proposto. Assim, a discussão que se segue não visa formular uma visão geral e sistemática sobre o pensamento do autor, mas simplesmente, uma reflexão sobre os conceitos considerados pertinentes para os objetivos aqui explicitados.

Pensador francês que não encontrou abrigo teórico entre os paradigmas hegemônicos vigentes em meados do século XX – a fenomenologia e o estruturalismo – Michel Foucault é considerado por Machado o construtor de “(...) um novo caminho para as análises históricas sobre as ciências” (1984, p. 295). Seguiu uma trajetória temática heterogênea para suas pesquisas, atendo-se à loucura, a criminalidade, a sexualidade, entre outras áreas. Sobre essa sustentação empírica, buscou compreender a articulação discurso/prática dos campos de racionalidade que se constituíam em torno e a partir desses temas. Sua preocupação era, de uma maneira geral, refletir sobre as formas de constituição da individualidade do sujeito, no contexto do(s) processo(s) de racionalização característico(s) da modernidade ocidental. Segundo o próprio autor, “(...) meu objetivo, (...), foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 2000, p.231).

A despeito da busca pela origem dos fenômenos, imposto pela história dos historiadores que visam apreensão do supra-histórico, o autor se responsabiliza pela formulação de uma história efetiva, a partir da noção de acontecimento.

É preciso entender por acontecimento não um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra os seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma ou outra que faz sua entrada mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. (1984, p.28).

A visão de uma essência ideal, pura e portadora da verdade encontrada na origem das coisas é substituída por visão fortemente processual de que a ação da história é “(...) sem essência ou que sua essência foi construída peça

por peça a partir de figuras que lhe são estranhas” (idem. p.18). Foucault tenta se afastar, assim, do ideal socrático-platônico de busca da metafísica das coisas e da idealização de uma origem como o estado de perfeição dos fenômenos; a intenção é reencontrar os “começos” em suas “meticulosidades e acasos”, suas multifacetadas configurações inacabadas sem, inclusive, tentar reconhecer aí o pedestal da verdade.

A partir dessa noção e de um reconhecimento do real como “uma miríade de acontecimentos entrelaçados” (ibidem, p. 29), Foucault propõe a “genealogia” como método apropriado de apreensão e análise histórica. Afasta-se, a partir daí, da história como ontogênese e privilegia os conceitos de *proveniência* e *emergência*, retiradas do universo filosófico de Nietzsche. A concepção de proveniência carrega em si essa formulação múltipla e vacilante dos “inícios”:

(...) não se trata de modo algum de reencontrar em um indivíduo, em uma idéia ou sentimento as características gerais que permitiram assimilá-los a outros (...), mas de descobrir todas as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaraçar; longe de ser uma categoria de semelhança, tal origem permite ordenar, para colocá-las à parte, todas as marcas diferentes (...). A proveniência permite também reencontrar sob o aspecto único de um caráter ou de um conceito a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram. (ibidem p. 20).

Emergência, por sua vez, seria “o ponto de surgimento” como um “jogo casual das dominações” produzido

(...) sempre em um determinado estado das forças. A análise da *Herkunft* (emergência) deve mostrar seu jogo, a maneira como elas lutam umas contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas ou ainda a tentativa que elas fazem – se dividindo – para escapar da degenerescência e recobrar o vigor a partir do seu próprio enfraquecimento (ibidem, p. 23).

Portanto, emergência pode ser definida como a reorganização de um estado de coisas a partir do conflito para a superação de suas forças autodestruidoras e degenerativas, que geram, por sua vez, novas formas de conflito e de auto-aniquilamento. Essa percepção está muita próxima da noção de agonismo muito utilizada nos escritos do autor<sup>1</sup>. O método genealógico se caracteriza, portanto,

<sup>1</sup> “(...) Mais do que um ‘antagonismo’ essencial, seria melhor falar de um ‘agonismo’ – de uma relação que é, ao

na forma fragmentária de expor, a luz da análise histórica, a intercorrelação de forças que se confrontam e geram relações de poder no universo social.

Fazer genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca da ‘origem’, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro;(…). É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades (...) (FOUCAULT, 1984, p. 19).

A partir dessa base de concepção histórica construída ao longo de sua trajetória, o autor propõe um caminho epistemológico flexível que vai do estabelecimento de uma “arqueologia dos saberes” até a constituição de uma “genealogia do poder” que possibilitasse compreender a emergência do humano como sujeito.

Vale ressaltar, nesse momento, que a noção de **sujeito** para Foucault implica na compreensão da idéia de que o os indivíduos se pautam pela ação – o ato criador –, portanto, como sujeito de determinada atividade; porém esse ato criador não é livre, mas pautado e orientado por práticas discursivas que tornam o individuo sujeito “a” realização de determinadas atividades. Nas palavras do autor, “(...) há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência e autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjug a (algo)” (FOUCAULT, 2000, p. 235).

Evitando, portanto, a construção de uma história constituída em epopéia, o autor esquadrinha uma análise dos fragmentos, dos resquícios que foram enterrados pelos sedimentos dos discursos oficiais e vitoriosos, a fim de encontrar o campo de luta em que os modelos de interpretações diferentes e múltiplos se colocaram em combate para estabelecer, segundo Machado, “como os saberes apareciam e se transformavam.(...) O que pretende é, em última análise, explicar o aparecimento dos saberes a partir de condições de possibilidades externas dos próprios saberes(...)” (MACHADO, 1984, p.X).

---

mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que uma provocação permanente” (2000, p. 245).

ETNOCONSERVAÇÃO E O CONCEITO DE RELAÇÕES DE PODER:  
APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O autor propõe, dessa maneira, formular uma visão da forma como os saberes positivos – os discursos científicos – dominaram e sufocaram a possibilidade de existência das outras formas de conhecimento, deslegitimando-as; descaracterizando as demais formas de conhecer, eliminaram, também, suas respectivas formas de agir. Assim, no decorrer histórico das hostilidades e lutas entre esses saberes, aquele que se sobrepõe formula, também, as relações de poder que vão domesticar, disciplinar as formas de ação do homem sobre o próprio homem.

A cada livro publicado por Michel Foucault, a intercorrelação entre saber e poder se impõe às suas preocupações teórico-metodológicas. História da Loucura (1961), O Nascimento da Clínica (1963), As Palavras e as Coisas (1966) são os marcos iniciais de uma relativa

(...) homogeneidade de instrumentos metodológicos utilizados até então, como o conceito de saber, o estabelecimento das descontinuidades, os critérios para datação de períodos e suas regras de transformação o projeto de inter-relações conceituais (notadamente o binômio saber-poder), articulação dos saberes com a estrutura social, a crítica da idéia de progresso em história das ciências, etc (idem, p. IX-X).

Procurando formular uma análise em áreas “não-privilegiadas” e periféricas do conhecimento – os comportamentos desviantes como o do louco, seu primeiro foco de análise – Foucault procurou demonstrar que o saber sobre esse “desvio” implicava, primeiro, num esmagamento das outras interpretações sobre a loucura; segundo, na formulação de uma forma de agir sobre ela; e, terceiro, na sua institucionalização como prática de saneamento e recuperação, agindo em prol do “retorno” à “normalidade”.

(...) temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o saber-poder, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem,

que determinam as formas e os campos de conhecimento possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 1987, p. 27).

Além disso, a fundamentação desse saber-poder sobre os desvios está, segundo o autor, em plena conformidade como a estrutura sócio-econômica vigente, as relações capitalistas de produção, e com sua estruturação política maior, o Estado. É importante salientar, contudo, que o fato dessas formas articuladas de “saber-poder” encontrarem-se em plena conformidade com a macro-política estatal não significa ser apenas uma decorrência lógica das relações do poder estatal, ou meramente, uma de suas expressões. O autor insiste na autonomia de emergência e proveniência das racionalidades na história, a partir da luta entre os vários saberes sem negar que esta autonomia é cooptada pela ação estatal.

Gradativamente, a questão sobre o poder vai chamando atenção nas suas análises, a ponto do autor chegar a ser reconhecido por muitos como um teórico sobre o poder. O que é um empobrecimento de sua trajetória intelectual, desprezando-se a reflexão sobre o sujeito, assim como outras possibilidades teóricas de sua produção. Contudo, Machado afirma que se há uma “(...) mutação assinalada por livros como *Vigiar e Punir*, de 1975, e *A Vontade de Saber* de 1976, primeiro volume da *História da Sexualidade*, foi a introdução das análises históricas da questão do poder como um instrumento de análise capaz de explicar a produção de saberes” (MACHADO, 1984, p. X). Apesar de, tanto Machado<sup>2</sup> quanto o próprio Foucault<sup>3</sup> negarem a existência de uma teoria geral sobre o poder, a formulação teórica sobre o poder com base nas idéias do autor ganhou uma grande visibilidade nos anos 60/70 do século XX. O próprio Machado admite que as análises genealógicas do poder

produziram um importante deslocamento com relação à ciência política, que limita ao Estado o fundamental de sua investigação sobre o poder. Estudando a formação histórica das sociedades capitalistas, através de pesquisas empíricas e minuciosas sobre o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo da sexualidade, Foucault, a partir de uma evidência fornecida pelo próprio material de pesquisa, viu delinear-se claramente uma não sinonímia entre estado e poder (idem, p.XI).

<sup>2</sup> “Não existe em Foucault uma teoria geral do poder” (MACHADO, 1984, p. X).

<sup>3</sup> Na introdução de um artigo em que o autor trata especificamente a relação entre sujeito e poder, ele afirma categoricamente: “As idéias que eu gostaria de discutir aqui não representam nem uma teoria nem uma metodologia” (FOUCAULT, 2000, p.236).

ETNOCONSERVAÇÃO E O CONCEITO DE RELAÇÕES DE PODER:  
APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Assim, também, Michel Foucault formula:

Será preciso uma teoria do poder? Uma vez que uma teoria assume uma objetivação prévia, ela não pode ser afirmada como uma base para um trabalho analítico. Porém este trabalho analítico não pode proceder sem uma conceituação dos problemas tratados, conceituação esta que implica um pensamento crítico – uma verificação constante (FOUCAULT, 2000, p. 232).

Por fim, o pensador propõe:

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre teoria e prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. (...) Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias (idem, p. 234).

Assim, pode se concluir que a teorização sobre as relações de poder tenha alguma viabilidade, desde que essa teoria seja conduzida e constantemente permeada pelo rigor do empírico, não para torná-la rasa e infecunda, mas justamente para fortalecê-la em termos dinâmicos, buscando evitar sua ossificação. Qual seria então, o rascunho de uma conceituação teórica, ainda que em forma de apontamentos sobre o poder, já que a idéia de um arcabouço teórico fundamentado e acabado causa tanta resistência em Michel Foucault?

Uma maneira segura de iniciar essa discussão seria indicar o que o poder não é. Uma coisa. Algo palpável. Poder não é uma instituição, apesar de sua realização acontecer por meio de instituições.

Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce e se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo,

mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (MACHADO, 1984, p. XIV).

O poder só acontece a partir do seu exercício; ou seja, não se detém poder, mas sim, exerce-se poder. Por isso, sua existência formula-se por meio de uma relação. Além disso, não se configura uma relação de poder o exercício de dominação sobre algo; sobre alguma coisa; aí temos a noção de **capacidade técnica**. Não é poder, também, uma relação de comunicação, ou seja, a forma pela qual se “transmite uma informação através de uma língua, de um sistema, de signos ou de qualquer outro meio simbólico” (...), apesar de que, completa o autor, “(...) a produção de elementos significantes podem perfeitamente ter por objetivo ou por conseqüências efeitos de poder, que não simplesmente um aspecto dessas. Passando ou não por sistemas de comunicação as relações de poder tem sua especificidade” (FOUCAULT, 2000, p. 240).

O autor não faz essas distinções por mera casualidade. Ele afirma que esses três componentes são, antes, um conjunto que age em conformidade para a formação de um “bloco disciplinador”:

Trata-se de três tipos de relação que, de fato, estão sempre correlacionados, apoiando-se reciprocamente, servindo mutuamente de instrumento. A aplicação de capacidade objetiva, nas suas formas mais elementares, implica em relações de comunicação (...); liga-se, também, a relações de poder. As relações de comunicação implicam em atividades finalizadas (capacidades técnicas de transformação dos objetos) e induzem efeitos de poder pelo fato de modificarem o campo de informação dos parceiros. Quanto às relações de poder, elas se exercem através da produção e da troca de signos; e também não são dissociáveis das atividades finalizadas, seja daquelas que permitem exercer esse poder, seja daquelas que decorrem, para se desdobrarem, às relações de poder (ibidem, p. 241).

Por fim as relações de poder. O que seriam essas relações? Ou melhor, como se exerce as relações de poder em sua especificidade? Antes de qualquer coisa, é a **ação de uns sobre outros**, ou melhor, é **ação de uns sobre a ação de outros**, ou seja, para **determinar-lhes a ação dentro de um campo de possibilidades**. Antes de prosseguir, o autor nos adverte que, na sua concepção, não há espaço para consentimento dentro dessa conceituação;

ETNOCONSERVAÇÃO E O CONCEITO DE RELAÇÕES DE PODER:  
APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

(...) ele não é (o poder), em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha); a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso (ibidem, p. 243).

Assim como o recurso de violência implica numa ação direta sobre o corpo, e não numa ação sobre a ação do outro: “(...) uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; (...) (ibidem, p. 243)”. Portanto a violência e o consentimento – dois fundamentos tão caros à teoria clássica sobre o poder – são colocados antes, em relação ao poder, como seus “(...) instrumentos ou efeitos, não constituem, contudo, seu princípio ou sua natureza” (ibidem, p. 243).

Foucault delimita, então, que sua natureza consiste num “modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” (ibidem, p. 243). Essa ação sobre a ação dos outros

(...) se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação e poder: que “o outro” (aquele sobre o qual se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de uma ação (ação governada, é certo) e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações efeitos, invenções possíveis(...); ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage e impede totalmente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir, Uma ação sobre ações (ibidem, p. 243).

Dessa maneira o ato de “conduzir condutas” que é próprio da relação de poder, se configura a partir da restrição do espectro de possibilidades de ação do dominado pelo dominador a uma ação, o que implica, então, em agir sobre a liberdade dos outros de modo a determiná-la segundo os interesses de quem exerce o poder. O poder, diz o autor, “só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto livres – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (ibidem, p.244).

Uma característica fundamental dessa concepção sobre as relações de poder é o fortalecimento do seu caráter produtivo. Se o seu exercício só é possível num contexto de “liberdade”, pautando-se, fundamentalmente, numa interferência sobre o campo de possibilidades do agir do outro, essas relações só podem estar relacionadas a possibilidades de produção, sejam elas materiais ou imateriais. É muito importante dissociar, nessa conceituação, a noção de repressão vinculada às relações de poder pela tradição psicanalítica.

(...) Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não se fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente não pesa só como uma coisa que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir (idem, 1984, p. 8).

Por fim, falta-nos discernir as interações pelas quais as relações de poder se colocam no devir histórico. O espaço de constituição das relações de poder implica, necessariamente, na elaboração de formas de resistência por parte daqueles estão sujeitos à sua força orientadora. Assim, a relação tem condição de existência no jogo de relações estratégicas que impõe a lógica de obtenção de empreendimentos para a realização das lutas e possibilidades de reversão da própria relação. Nas palavras do próprio Foucault,

como não poderia haver relações de poder sem pontos de insubmissão, que, por definição, lhe escapam, toda intensificação e toda a extensão das relações de poder para submetê-los conduzem apenas aos limites do exercício do poder; (...). Em suma, toda estratégia de confronto sonha tornar-se relação de poder; e toda relação de poder inclina-se, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se a estratégia vencedora (FOUCAULT, 2000, p. 248).

Qual o resultado desse empreendimento teórico? Em seu artigo “Genealogia e Poder” (FOUCAULT, 1984), o autor estabelece dois efeitos importantes de sua análise pelo universo de confronto do saber-poder. Em primeiro lugar, o caráter local da crítica, que, “indica na realidade algo que seria uma espécie de produção teórica autônoma, não-centralizada, isto é, que não tem necessidade para estabelecer sua validade, da concordância de um sistema comum” (idem. p, 169).

Essa decorrência contribuiu para que as concepções teóricas clássicas que determinam tanto as formas de racionalização do Estado e da sociedade capitalista, quanto às tentativas de sua superação revolucionária, fossem permeadas por uma série de lutas e bandeiras periféricas. Paralelamente ao clássico movimento operário, fortaleceram-se as lutas específicas – o movimento estudantil, feminista, homossexual, racial, ambientalista, antimanicomial, etc. – como efeitos desse deslocamento da crítica às relações de poder e de sua ‘microfísica’.

Em segundo lugar, o retorno do saber, ou melhor, dos saberes ditos “dominados”, sejam eles os “conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais” (ibidem, p.170) tanto quanto “uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento e de cientificidade” (ibidem, p.170).

Esse efeito contribuiu tanto para relativização da ciência como forma de conhecimento superior e inatingível – fortalecendo a luta contra o positivismo e o evolucionismo – quanto pela emergência dos saberes não institucionalizados pela ciência como válidos, dando nova ênfase, por exemplo, aos estudos antropológicos no processo de alargamento do objeto que essa ciência empreendeu a partir dos anos 70, enxergando vida não só nas “populações nativas e não ocidentais”, mas também nos subgrupos urbanos e nas relações de gênero.

### **3. A análise da etnoconservação sob a perspectiva das relações de poder**

A síntese da reflexão acima leva-nos a compreender a conceito de relações de poder a partir de alguns traços constitutivos fundamentais. Trata-se, portanto, de uma **ação de uns sobre a ação de outros dentro de um campo de possibilidades**, ou seja, o ato de **conduzir condutas**; ação guiada por discursos

epistemológicos – **saberes**; a restrição do espectro de possibilidades de ação do dominado pelo dominador implica, então, em **agir sobre a liberdade de ação dos outros**; além disso, para Foucault, as relações de poder têm **caráter produtivo** para além do caráter repressivo tão caro à tradição psicanalítica; sua estruturação possibilita a emergência de *formas de resistência*; e, por fim, a dinâmica entre relações de poder e formas de resistência tem condição de existência num **jogo de relações estratégicas**, como possibilidade de realização das lutas e de reversão da própria relação.

Vale ressaltar que a intenção desse artigo não é estabelecer uma observação privilegiada das organizações não-governamentais como objeto específico da análise, mas sim do conjunto de relações entre concepções e práticas de um determinado discurso científico, com destaque para as relações de poder decorrente das suas estratégias de ação. As organizações não-governamentais são compreendidas aqui como o instrumento que viabiliza a passagem da teoria a práxis, assim como estrutura as relações de poder inerentes ao processo.

Portanto é possível recorrer à perspectiva foucaultiana da necessidade de encontrar as relações de poder além ou aquém das próprias instituições que lhes dão sustentação, pois,

Ao analisarmos as relações de poder a partir das instituições, nos expomos de nelas buscar a explicação e a origem daquelas; quer dizer, em suma de explicar o poder pelo poder. (...) Não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder e não o inverso; e que o ponto fundamental destas, mesmo que nelas se incorporem e se cristalizem, numa instituição, deve ser buscado aquém (FOUCAULT, 2000, p.245).

Porém, ao propor uma investigação sobre as estratégias de implantação de um modelo específico de conservação em unidades de conservação habitadas por populações tradicionais, é preciso reconhecer, num primeiro momento, que se discute de maneira generalizada, as possibilidades de intervenção nas relações entre determinados grupos sociais e determinados espaços naturais localizados, por sua vez, em determinados territórios. Para isso, faz-se necessário, a utilização de conceitos geográficos como nexo de fundamentação conceitual à discussão teórica das formas de organização do espaço.

Para Milton Santos, o espaço pode ser definido como a totalidade das realizações sociais sobre a configuração dos objetos naturais. O encontro entre

ETNOCONSERVAÇÃO E O CONCEITO DE RELAÇÕES DE PODER:  
APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

social e natural, solidificado por uma incessante movimentação dialética, sendo, pois, um dos fatores fundamentais da edificação da ação humana.

Consideramos o espaço com uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida (...). Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais ou artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 1997, p. 01).

O espaço supõe uma imbricação entre a configuração natural e as forças sociais que nela incidem. Há uma dinâmica constante de significação social sobre as determinações geográficas, o que define as formas de intervenção humana sobre a natureza pela decorrência histórica.

Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social. Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma (SANTOS, 1997, p. 2).

O conceito de espaço é suporte, nos limites dessa reflexão, como forma-conteúdo para compreensão das unidades de conservação como territórios a partir da interação dos componentes sociais que nela atuam (as populações tradicionais, as organizações não-governamentais, a ação estatal regulamentadora, etc.) e os diferentes modos de ação sobre os recursos naturais existentes. Além disso, a implantação do modelo pautado na etnoconservação pode ser compreendida com um corpo teórico de orientação para uma significação territorial, não só dos aspectos naturais como das relações sociais que determinam o uso desses recursos.

Portanto, considerando que a implantação do modelo de **gestão comunitária dos recursos renováveis** pretende definir a ação humana nesse determinado espaço, é necessário estabelecer as estratégias de ação política que materializam essa (re)configuração do espaço social. É nesse sentido que a discussão sobre as relações de poder e suas estratégias adquire relevância, a

partir do pressuposto de que a sociedade está imersa em uma complexa teia de relações de poder que viabilizam a ação e a orientação da condição humana.

A utilização do conceito de poder tem como objetivo principal instrumentalizar o olhar analítico para as formas de elaboração estratégica da efetivação do discurso da etnoconservação na *práxis*. Levando em consideração que a capacidade de ação das populações tradicionais que habitam áreas destinadas à preservação pode ser compreendida como um “campo de possibilidades”, aberto a inúmeras correlações de forças e interesses.

A efetivação de um manejo étnico, que se confronta na condução de sua ação com outros modelos conservacionistas, necessita de uma estratégia bem sucedida para a orientação das condutas voltadas tanto para o afastamento de outras práticas e discursos, quanto para a materialização do seu próprio projeto.

(...) podemos chamar ‘estratégias de poder’ ao conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder. Podemos também falar de estratégia própria das relações de poder na medida em que estas constituem modo de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros. Podemos então decifrar em termos de ‘estratégias’ os mecanismos utilizados nas relações de poder (FOUCAULT, 2000, p. 248).

Foucault nos alerta da impossibilidade de se pensar relações de poder sem esquadrinhar as estratégias de efetivação das mesmas.

Ora o estudo dessa microfísica supõe que o poder não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas disposições, a manobras, a táticas, a funcionamentos (FOUCAULT, 1987, p. 26).

Portanto, a tríade saber/relações de poder/estratégia de ação se apresenta como o caminho metodológico de elucidação da problemática proposta e dos objetivos delineados, sendo a análise da relação entre teoria e prática na etnoconservação a opção investigativa. Finalmente, ao se realizar tal abordagem, o que se procura evidenciar são as tramas de constituição de um discurso que não só atende às exigências acadêmicas, mas que principalmente, se orienta pela combatividade em relação a outros discursos – como a biologia da conservação. Essas práticas discursivas lutam pela legitimidade e hegemonia da ação conservacionista dentro do próprio domínio científico, salientando, dessa

ETNOCONSERVAÇÃO E O CONCEITO DE RELAÇÕES DE PODER:  
APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

maneira, a opção pelas evidências constitutivas das formas de intervenção política, por meio da formação de relações de poder, capaz de determinar a conduta dos agentes conservacionistas em questão.

Finalmente, se a etnoconservação se apresenta como um conceito constituído pelo saber científico sobre os modos de vida não-ocidentais; se, a partir desse saber, propõe práticas conservacionistas pautadas por modos étnico-tradicionais de manejo dos recursos naturais, importa saber **como** a etnoconservação deixa de ser tão somente uma proposta teórica para uma prática política. Interessa conhecer as estratégias de efetivação de seus pressupostos junto às unidades de conservação habitadas por populações tradicionais.

Para confirmar o que foi exposto acima e apontar o caráter fundamental do conceito de relações de poder para a análise das relações políticas no âmbito das questões ambientais, é necessário dizer que a legislação brasileira relativa às unidades de conservação é orientada hegemonicamente pela perspectiva da intocabilidade. Ou seja, de forma geral, a prioridade do modelo conservacionista é a da exclusão da presença humana das UC's, onde os moradores tradicionais não podem permanecer após sua criação.

Nesse sentido, o enfrentamento com o conservacionismo biológico não pode ser considerado uma ação que visa, tão somente, priorizar a preservação dos recursos em detrimento do seu uso social, mas sim como “um conjunto de escolhas sobre visões de mundo e relações de poder. Essas escolhas não são entre áreas naturais virgens e uso humano, mas entre diferentes tipos de uso e diferentes formas de controle político (...)” (PIMBERT & PRETTY, 1994, p.191). Decisões que beneficiam interesses bem distantes das assim chamadas populações tradicionais.

O conservacionismo biocêntrico projeta seus interesses e objetivos nas dimensões universais ancoradas numa suposta neutralidade científica. Quando se refere à utilidade da econômica da conservação, orienta-se por dimensões globalizantes e generalizantes da dinâmica social. Será que as espécies relevantes em contexto sócio-cultural local são as mesmas a que se referem os conservacionistas profissionais? Quem são as “pessoas” levadas em consideração neste critério?

## REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Cidade. Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. 4ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão.** Petrópolis. Vozes, 1987.

MACHADO, Roberto. **Introdução: Por uma Genealogia do Poder** in FOUCAULT, Michel. **“Microfísica do Poder”.** Tradução de Roberto Machado. 4ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, 295 p.

PIMBERT, P. M. e PRETTY, N. J. **Parques, comunidades e profissionais: incluindo ‘participação’ no manejo de áreas protegidas.** In: DIEGUES, A. C. (Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo. Hucitec, 2000.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 4º ed. São Paulo. Nobel, 1997.

